

Pensões devem ser revistas

ADRIANA NICACIO

O governo deve ceder no aumento da integralidade das pensões para conseguir votar a reforma da Previdência no plenário na primeira quinzena de agosto, conforme deseja. Isto porque, líderes da bancada governista não concordam com a redução proposta no relatório do deputado José Pimentel (PT-CE).

Segundo o texto, as pensões são integrais até R\$ 1.058 e o excedente será reduzido no mínimo em 30%. Mas tanto a base quanto a oposição defendem o teto de integralidade de R\$ 2,4 mil, a ponto de

um líder governista sustentar que o valor integral das pensões será "ajustado antes de ir a votação em plenário e sem necessidade de destaques".

O dia de hoje será de negociações. Às 10h, o líder do governo, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) se reunirá com os líderes e vice-líderes da base de apoio para traçar as estratégias de votação. Uma delas é reduzir ao máximo o número de destaques apresentados, para acelerar as discussões, que podem começar neste semana. Depois, os líderes se reunirão com suas bancadas para determinar os temas que podem abrir mão.

O líder do PSB, Eduardo Campos, diz que pretende usar os dois destaques que o partido tem direito. O PSB defende os aumentos da integralidade das pensões e do sub-teto dos juízes estaduais – de 75% para 90,25% do salário dos ministros do STF – e a clareza no artigo que trata sobre os fundos de pensão complementares. Em uma das oito emendas que foram rejeitados pelo relator, o partido pede para que os fundos sejam públicos, fechados, com filiação facultativa e contribuição definida. Pela proposta, esses pontos deverão ser motivo de lei ordinária.